

Escolher a escola, independentemente de onde se viva

Para o ano letivo a iniciar, a Comunidade (região) de Madrid converter-se-á definitivamente (já o tinha feito em parte no último ano letivo) em zona escolar única, de maneira a que os pais que não optem por uma escola privada possam escolher entre todos os centros públicos e com convénios da região, independentemente de onde vivam.

As linhas mestras da reforma são conhecidas desde há algum tempo. Diversos membros do governo regional referiram que serão incluídas medidas para evitar a segregação que, segundo os críticos, trará a liberalização da oferta escolar. Estas medidas – como a obrigação para as escolas de publicarem os seus resultados nas provas externas e padronizadas, o programa educativo e o regime interno e de conduta, e os serviços complementares oferecidos – procuram evitar que as famílias de baixos estratos socioeconómicos se envolvam menos na escolha da escola, o que na prática significa que muitas delas decidem apenas por um critério de proximidade geográfica.

A assimetria de informação (e de interesse) entre as famílias de maiores e menores rendimentos é um dos argumentos para os detratores das políticas “liberalizadoras” do mercado educativo. Na realidade, o debate sobre este assunto segue com muita frequência os canais (e o estilo *panfletário* e pouco profundo) da discussão política entre liberalismo ou intervencionismo.

Daí, valer a pena recordar alguns raciocínios realistas (isto é, ligados à realidade das escolas) e afastados das palavras de ordem ideológicas. Estas abordagens costumam reconhecer, primeiro, a complexidade do problema: não é fácil determinar a influência de medidas liberalizadoras do mercado educativo (como a da zona escolar única, ou os cheques escolares) na segregação socioeconómica das salas de aula, visto que para esta segregação contribuem outros fatores alheios à escola, como a política urbanística, a imigração, e até a situação económica do país.

A OCDE publicou vários documentos a este respeito. Num de 2012, assinalava-se que, em geral, a segregação socioeconómica por tipo de centro escolar (concentração de

alunos com menos rendimentos nas escolas públicas) era menor nos países que mais financiavam a sua escola privada. Esta tendência geral segue a lógica de que, se um governo propicia que todas as escolas estejam ao alcance de todas as famílias, a mistura de estratos socioeconómicos nas aulas deveria ser o normal (como acontece, por exemplo, na Finlândia e na Holanda, onde quase não existe diferenciação socioeconómica entre salas de aula privadas e públicas). Todavia, existem exceções como a Suécia, onde a segregação aumentou na última década apesar da subsidiação praticamente total da escola privada.

Noutro relatório, de setembro de 2011, a OCDE referia alguns dos riscos das políticas educativas baseadas na livre concorrência das escolas, e propunha uma série de medidas para contrariar os efeitos negativos. Uma destinada a facilitar a escolha dos pais: alargar as políticas de cheques escolares entre as classes mais desfavorecidas (atribuindo, por exemplo, um dinheiro extra para o transporte das famílias de bairros mais pobres, para evitar que as suas escolas se convertam em guetos); outra medida consiste em proporcionar mais informação a todas as famílias, mas sobretudo às que tradicionalmente se envolvem menos nas decisões.

Entre as propostas dirigidas às escolas, sugere-se incentivá-las para que escolarizem os alunos em maior perigo de exclusão (através de um cheque escolar mais elevado ou de benefícios fiscais). Por último, o relatório da OCDE, consciente da importância de acompanhar os estímulos com medidas coercivas, propunha a vigilância das escolas, de modo a não estabelecerem critérios seletivos destinados a repelir os alunos de famílias com menores rendimentos.

Assim, deveria, para além da prestação de informações aos pais, haver vigilância para as escolas não se aproveitarem dos critérios de admissão, e premiarem economicamente os centros escolares mais abertos a todo o tipo de alunos. Outra condição indispensável para a liberdade dos pais fazer sentido, é que a oferta das escolas seja realmente diversa.

No seu livro “The Schools We Need: And Why We Don’t Have Them”, E. D. Hirsch explica as limitações de aplicar ao âmbito educativo o modelo económico liberal (a maior oferta, maior concorrência e, portanto, maior qualidade do produto). Por um lado, comenta, enquanto que na esfera económica os clientes costumam saber o que querem, na escolha de uma escola não acontece o mesmo, seja por ignorância, falta de interesse ou incapacidade: “os resultados da escolarização demoram muito

tempo a ver-se. Mesmo quando os pais sabem que resultados pretendem a longo prazo, raras vezes têm uma ideia clara daquilo que desejariam que as escolas fizessem no dia a dia para o conseguir”.

A falta de conhecimentos pedagógicos da grande maioria dos pais (lógica, por outro lado) e a ausência de resultados imediatos são dois importantes obstáculos para que exista uma liberdade real na escolha de um centro escolar. Além disso, não são de fácil solução. Pelo lado da procura, tudo o que se pode fazer, além de disponibilizar meios económicos a todos consoante as suas necessidades, tem de haver o cuidado de as famílias menos envolvidas acederem a um mínimo de informação.

Por outro lado, Hirsch assinala outra disfunção do mercado, relacionada desta vez com a oferta, e que tem solução possível, embora não seja fácil. Trata-se de as escolas oferecerem realmente modelos pedagógicos diferenciados. Para Hirsch, existe uma espécie de monopólio intelectual na pedagogia moderna que uniformizou (e empobreceu intelectualmente) a escola. Todo o seu livro é uma acusação contra esse modelo pedagógico, centrado mais no processo de aprender do que na profundidade e rigor dos conteúdos ensinados: assim, os clichés desta tendência educativa são “o fomento da autoestima do aluno”, o “respeito pelo seu ritmo individual de aprendizagem”, “a alegria de aprender” ou a “aprendizagem cooperativa”.

Uma das consequências deste monopólio intelectual é que os projetos educativos observados pelos pais nas escolas são todos parecidos. Por falta de propostas pedagógicas originais, as escolas acabam por concorrer (e os pais por decidir) em função das instalações ou das atividades extraescolares. Os pais a quem estes aspetos não lhes interessam em especial, acabam por escolher o centro escolar mais próximo da sua casa.

Para Hirsch, se realmente se pretende que os pais possam escolher livremente, a primeira medida deveria ser obrigar as escolas a definir um projeto educativo sério e centrado nos aspetos académicos.

F. R.-B.

A liberdade religiosa que Obama não compreende

O Governo de Obama tentou fechar a polémica em torno do chamado “mandato anticoncetivo” fazendo uma concessão às instituições religiosas. Mas a jogada correu mal, porque os que têm objeções pelos mesmos motivos, sem serem organizações religiosas (donos de empresas familiares, sobretudo), não se vão retirar da batalha jurídica e política. Muito menos vão fazê-lo os bispos dos EUA, pois consideram

que o mandato continua a vulnerabilizar a liberdade religiosa dos indivíduos.

Fruto da lei de reforma da saúde, o “mandato anticoncetivo” impunha aos empregadores a obrigação de financiar anticoncetivos, a pílula do dia seguinte e a esterilização nos seguros médicos dos seus empregados, para que estes usassem esses serviços sem que lhes custasse nada. Os empregadores que se negassem a fazê-lo seriam multados e perderiam certas deduções fiscais.

Para justificar esta carga sobre os empregadores, o Governo de Obama alegou razões de saúde pública: o objetivo era reduzir o mais possível o número de gravidezes não desejadas. O acesso gratuito aos métodos anticoncetivos permitiria reduzir esse número, sobretudo entre os mais pobres para quem o copagamento pode ser um obstáculo.

Mas os oponentes ao mandato contra-argumentaram: que o Governo queira garantir para todas as mulheres – qualquer que seja o seu lugar de trabalho – o acesso gratuito à contraceção, à pílula do dia seguinte e à esterilização, não lhe dá direito de obrigar os empregadores a violar as suas consciências, forçando-os a financiar serviços que vulnerabilizam as suas convicções morais ou religiosas.

A contestação a esta norma, aprovada pelo Ministério da Saúde em janeiro de 2012, foi tão forte que o próprio Obama se viu obrigado a modificá-la um mês depois. Em fevereiro, apresentou a sua primeira “solução de compromisso”: isentou as instituições de inspiração religiosa (hospitais, universidades, escolas, organizações de beneficência...) de financiar diretamente o polémico lote de serviços e transferiu essa obrigação para as suas seguradoras. Este ajustamento não convenceu, pois não eliminava a imposição de cobrir o financiamento dos métodos anticoncetivos. A recusa do Governo de Obama de regulamentar uma objeção de consciência razoável (a que tinha previsto no mandato original era raquítica) desencadeou uma cascata de queixas judiciais contra a norma. Em maio, 43 instituições católicas apresentaram as primeiras 12 nos tribunais federais. Em dezembro, o número de queixosos ultrapassava os 110. Às instituições católicas juntaram-se donos de empresas, assim como universidades protestantes.

Atualmente, existem 44 processos pendentes e 130 queixosos. Os tribunais já se pronunciaram sobre 14 casos que afetam empresas: onze concederam medidas cautelares a favor dos queixosos e três negaram-nas. O escritório de advogados The Becket Fund defende as empresas que se opõem ao mandato e publica informação atualizada sobre os processos em (www.becketfund.org/hhsinformationcentral/), a sua web.

Como a obrigação de financiar os métodos anticoncetivos nos seguros entrou em vigor a 1 de agosto de 2012, as medidas cautelares conseguiram que os donos das empresas queixosas se libertassem das multas até que se decida a legalidade do mandato.

O Governo tinha concedido mais um ano de prazo às instituições de inspiração religiosa, talvez para fazer baixar a polémica em tempo de eleições. Sobre este período, que expirou a 1 de agosto de 2013, disse Timothy Dolan, arcebispo de Nova Iorque e presidente da Conferência Episcopal dos EUA.: “São doze meses para aprender a violar as nossas consciências”.

Com os 44 processos pendentes contra o mandato, o Governo de Obama decidiu não se arriscar e atuar. A nova “solução de compromisso”, que avançou em fevereiro, oferece às instituições religiosas o que não se atreveu a oferecer na primeira: isentas da imposição de cobrir nos seguros dos seus empregados anticoncetivos, a pílula do dia seguinte e a esterilização.

A partir de agora, as instituições religiosas poderão oferecer ao seu pessoal um plano de seguros sem esses serviços. Os empregados receberão sem quaisquer custos uma apólice complementar que os cubra; será fornecida por uma seguradora e financiada pelo Governo, embora não esteja claro de onde vai retirar o dinheiro para os financiar.

Dá a impressão de que, com este ajustamento, Obama pretendia duas coisas: blindar o mandato contra as queixas que questionam a infração da liberdade religiosa e, de passagem, tirar os bispos católicos do debate. Mas estes, em coerência com a linha de argumentação que avançaram até agora, não estão dispostos a retirar-se.

Para os bispos, instituições de inspiração religiosa não são os únicos titulares da liberdade religiosa: as objeções que encontraram aquelas na imposição de cobrir nos seus seguros serviços contrários às suas convicções, podem tê-las os “indivíduos que, na sua vida diária, se esforçam por atuar de acordo com a sua fé e os seus valores morais”. Daí que na nota (“Statement of Cardinal Timothy Dolan Responding to Feb. 1 Proposal from HHS”) publicada pelo cardeal Dolan em nome da Conferência Episcopal diga: “Não podemos abandoná-los agora e deixar que os obriguem a violar as suas consciências”.

Em segundo lugar, os bispos entendem que a garantia da liberdade religiosa acolhida na Primeira Emenda protege o direito dos crentes a atuar de acordo com as suas convicções em todos os aspetos da sua vida (a profissão incluída). O Governo de Obama, pelo contrário, continua a conceber essa proteção só para o que ocorre dentro das quatro paredes de uma igreja. Por isso, a nota denuncia que o novo ajustamento “parece estar a conceder uma cidadania de segunda classe às instituições católicas que se dedicam à saúde, à educação e à beneficência”.

J. M.

“Keynes vs. Hayek”

“Keynes vs. Hayek”

Autor: Nicholas Wapshott Deusto.

Barcelona (2013)

400 págs.

Tradução (castelhano): Ana García Bertrán

Nicholas Wapshott, jornalista e escritor britânico, efetua um interessante percurso pela época mais recente para explicar o confronto intelectual entre dois gigantes da economia, cujas doutrinas recuperaram, devido à crise atual, um novo protagonismo. O leitor não iniciado na matéria talvez encontre demasiadas referências a economistas daquela altura (como Robbins, Friedman, Kahn e Knight), os quais não precisa de conhecer. Mas essas alusões ajudam bastante a entender o contexto político, social e pessoal no qual se movimentaram ambos os protagonistas.

Keynes, conforme o retrato apresentado nestas páginas, provinha de uma família de classe média e aos trinta anos de idade relacionava-se já com os grandes políticos da altura, a aristocracia e os círculos milionários. O seu poder sobre a opinião pública foi enorme: todas as suas ideias suscitavam ecos, eram discutidas acaloradamente e acabavam por se impor.

Tanto pelas ideias como pelo temperamento, Hayek era o contrário. De origem checa e nobre, a sua família movimentava-se no âmbito académico. Isto fez com que se inclinasse sempre mais para o lado científico do que para o protagonismo político: era um estudioso, um erudito, e não um homem de ação nem com inquietações ativistas.

As relações entre Keynes e Hayek foram cordiais. Keynes teve de início mais influência que o seu contemporâneo, sobretudo devido à publicação da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” em 1936. Há fatores que explicam o seu êxito; nomeadamente, a esperança de vencer o ciclo pós-depressivo de 1929, e as suas medidas de cariz mais intervencionista. Mas é importante assinalar que também Keynes orquestrou a receção do seu livro, com talento e com a entusiástica ajuda dos seus seguidores e discípulos. Quando Keynes brilhava mais alto, Hayek tentou criticar a sua teoria, mas perdeu protagonismo e mudou a orientação do seu trabalho.

Foi em 1944 que Hayek irrompeu com mais força graças à publicação de “Caminho para a Servidão”, a sua obra mais conhecida, onde defendeu que o socialismo económico nem traz prosperidade nem liberdade e que o sistema mais eficaz para o bem-estar é o liberalismo. O texto, mais político do que económico, catapultou-o para a fama rapidamente e converteu-se num livro clássico em teoria política.

Embora no livro de Wapshott fique claro desde o começo que a visão de ambos os autores é diferente, também se explicam

algumas das suas semelhanças, e isto é talvez o aspeto mais interessante da análise. Por exemplo, os dois sublinham a necessária presença do Estado para a sobrevivência do mercado, mesmo que com importantes matizes; os dois foram brilhantes e os dois continuam a ter seguidores atualmente, num momento em que se debate de novo entre intervenção ou mercado.

Tinham, contudo, diversas formas de entender o homem. Keynes considerava que o indivíduo devia tomar medidas perante os problemas, sem pensar demasiado no amanhã; Hayek pensava que o homem estava destinado a viver de acordo com as leis naturais da economia, do mesmo modo que era obrigado a viver segundo as restantes leis naturais, porque o mercado tem a sua própria lógica. A obra não clarifica quem é o vencedor definitivo deste duelo, talvez porque os dois, em parte, tinham alguma razão, e nenhum deles toda ela.

